

**ATA DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE
CT-SAÚDE/CIF**

Aos dias dezoito de setembro de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta minutos, em formato híbrido, com sede presencial no Hotel Max Savassi - Rua Antônio de Albuquerque, nº335 - Savassi, Belo Horizonte/MG, e por videoconferência pela plataforma Teams, teve início a parte restrita da **77ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde – CTSAÚDE/CIF**, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

Pauta Geral - Restrita

Pauta	Discussão
a) Apresentação dos presentes:	O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, 1º Suplência de coordenação da Câmara Técnica de Saúde – CT-Saúde, iniciou a reunião dando boas-vindas e agradecendo à participação dos presentes. Houve registro dos participantes presenciais através da lista de presença em anexo e os participantes em formato virtual, registro: Aleteia Flávia Machado (Representante da Comissão de Atingidos de Barra Longa/MG), Ana Paula Vitali (Representante da Secretaria Municipal de Saúde de Colatina e membro da CT-Saúde), Antonio Paulo Belo da Pecha, Eduardo Batista Poltranieri (Representante da Prefeitura de Linhares/ES e membro da CT-Saúde), Elaine Monsaraz, Eliane Gregório (Representante da Comissão Quilombola de Povos Tradicionais de Povoação), Evandro Aguiar Ferreira (Representante da ADAI de Povoação), Rosa de Jesus da Silva (Representante dos atingidos de Povoação), Francisco Leopoldo Lemos (Representante da Superintendência Regional de Saúde de Belo Horizonte e membro da CT-Saúde), Henrique da Silva Vernegue (Representante da Assessoria Técnica de Povoação), Fabiano Barros (Representante da Comissão de Atingidos Territorial de Povoação), Selma (Representante da Comissão de Atingidos do Território 14), Juventina (Representante da Comissão de Atingidos do Território 2), Lorenza Ferreira de Sousa (Representante Cáritas Diocesana de Itabira), Ranieri Martinelli Resende do Prado (Representante da Prefeitura Municipal de Belo Oriente/MG), Regiane Soares Lordes, Roberto Reis dos Santos, Simone Nunes (Representant da Comissão Territorial de Rio Casca), Walkimar (Representante da Comissão de Atingidos dos Quilombolas de Povoação) e Wenner Tavares (Representante da Secretaria de Estado de Saúde Minas Gerais e colaborador da CT-Saúde).
b) Informes Gerais:	O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, 1º Suplência de coordenação da Câmara Técnica de Saúde/CTSaúde, informou da necessidade de

alteração da 80ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde em Mariana/MG, em que estava previsto no calendário, a se realizar nos dias 19 e 20 de novembro de 2024, visto que na época da aprovação do calendário a data definida do dia 20 não era considerado feriado nacional, portanto sugeriu as datas dos dias 26 e 27 de novembro, e propôs acrescentar mais um dia de reunião, ou seja, o dia 28 de novembro para ser realizado uma visita técnica no território. Houve uma breve discussão de quais territórios e quantos dias seria necessário para a visita técnica, em que com consenso por parte de todos os membros presentes, definiu três dias preliminarmente, ou seja, a data dos dias 26 a 28 de novembro a 80ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde em Mariana/MG, no entanto, considerou como encaminhamento, que na próxima Reunião Ordinária será apresentado as proposições de quais territórios e onde será visitado para definição do custeio. Na sequência, segue link do site do CIF com o calendário de todas as reuniões desta Câmara Técnica atualizada

<https://www.gov.br/ibama/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/cif/calendario-de-reunioes-das-camaras-tecnicas>.

O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, 1º Suplência de coordenação da Câmara Técnica de Saúde, apresentou para todos os presentes, que a Câmara Técnica de Saúde recebeu do CIF os ofícios nº 7844/2024-PR-MG-00082174/2024 e OFÍCIO-CIRCULAR nº 16/2024/CIF/GABIN referente Oficialização das eleições de atingidos realizadas no Encontro de Bacia do Rio Doce e Litoral Norte Capixaba, que tem o objetivo de dar ciência a todos os membros, as representações da população atingida que vão compor as Câmaras Técnica.

A Sra. Jóeci Lopes Miranda, representante da Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, mencionou que os representantes do Território 11, principalmente de Aracruz/ES repudiam a fala do Ministério Público que consta no parágrafo 3º do OFÍCIO 7844/2024 - PR-MG-00082174/2024, e exigem uma retratação do Ministério Público, visto que participam das câmaras técnica desde o início, e são protagonistas de várias notas técnica e deliberações durante nove anos. Citou que o Ministério Público, Defensoria Pública e Ministério Público Federal estiveram no território de Aracruz/ES como força tarefa legalizando, legitimando e consolidando as Comissões de Atingidos do território, e como Comissão de Atingidos entende-se que é uma retaliação pelo fato do Território 11 não aceitar a imposição do Ministério Público de colocar uma ATI no território, visto que já escolheram uma ATI, em que já foi inserida no processo, mas o Ministério Público ignorou a solicitação. Solicitou que o Ministério Público se manifestasse e fizesse uma revisão no contexto da fala de que o Território 11 é inexistente.

O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, 1º Suplência de coordenação da Câmara Técnica de Saúde, esclareceu que como Câmara Técnica foi de

	<p>extrema importância dar ciência aos membros do recebimento dos ofícios e assim como é legítima a manifestação da atingida Sra. Joéci Lopes, e que os ofícios são públicos e encontram disponíveis no site do CIF, e por fim explicou que como Câmara Técnica não tem competência para dar encaminhamento na fala da atingida.</p> <p>A Sra. Simony Silva de Jesus, representante da ATI ASPERQUED, mencionou que os ofícios apresentam sobre a decisão dos IPCTS de não participar do processo imposto pelo Ministério Público e demais assessorias construídas sem a participação dos atingidos, e ressaltou que os povos IPCTS possuem legislação própria e que devem ser consultados a tudo que impacta ao seu modo de vida, não sendo diferente do processo que ocorreu, que atingiu diretamente esses povos que são culturalmente diferenciados. Informou que os IPCTS foram ao evento Encontro das bacias, mas se retiraram da plenária e se reuniram a parte, e em breve será encaminhado um modelo de governança para os IPCTS e será tratado pela CT-IPCT. Concluiu citando que corrobora com a fala da atingida Sra. Joéci Lopes que o Encontro das Bacias foi uma violação dos direitos.</p> <p>O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, 1º Suplência de coordenação da Câmara Técnica de Saúde, informou que o CIF oficiou a Câmara Técnica através do OFÍCIO-CIRCULAR No 16/2024/CIF/GABIN referente as novas normas de custeio dos membros e membras atingidos, em que será feito em uma estrutura de governança específica, e não mais pela Câmara Técnica de Saúde.</p> <p>O Sr. Sérgio Rossi, representante do Ministério da Saúde e membro da Câmara Técnica de Saúde e, realizou a leitura do OFÍCIO-CIRCULAR nº 16/2024/CIF/GABIN para ciência dos membros, visto que surgirão muitas dúvidas quanto ao tema do custeio para os atingidos, e informou que o documento estará pautado nos informes gerais da 79ª reunião ordinária do CIF, a ser realizada nos dias 26 e 27 de setembro, assim como haverá apresentação da Flacso a respeito do custeio da execução do orçamento atingidos pelo gerenciador atingidos para maiores esclarecimentos do custeio. Solicitou encaminhar os ofícios por e-mail para todos os membros.</p>
Encaminhamento 1	A Câmara Técnica apresentará na próxima Reunião Ordinária as proposições de quais territórios será visitado em Marina/MG na 80ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde, e onde deverá ser visitado para deliberação de cumprimento dos trâmites de custeio.
Encaminhamento 2	A Câmara Técnica encaminhará por e-mail para os membros os ofícios OFÍCIO 7844/2024 - PR-MG-00082174/2024 e OFÍCIO-CIRCULAR nº 16/2024/CIF/GABIN.

Pauta dos GTs:

Pauta	Discussão
a) GT- Água:	<p>A Sra. Jaqueline Francischetti, representante do Ministério da Saúde e coordenadora do GT-Água, informou que foram onze pontos de pauta do GT, e três desses pontos de pauta, serão discutidos no dia 19 de setembro e apresentado na 78ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica para ciência de todos os membros. Relatou que o primeiro ponto de pauta foi referente visita técnica realizada no 13 de setembro nas comunidades de Gesteira e Barretos, e foram identificadas diversas irregularidades relacionadas à qualidade da água em Barretos. Mencionou que as provas de qualidade da água coletadas serão fundamentais para a análise da situação. Informou que foram selecionados seis pontos de coleta de água para realização de análises. A comunidade tem relatado problemas tanto na qualidade quanto na quantidade da água disponível. A localidade de Barretos, é uma comunidade atingida pelo rompimento da barragem, em particular, foi citada como uma área que não recebeu intervenções efetivas da Fundação Renova até o momento, e não houve acordo na audiência de conciliação. Citou que foi definido como encaminhamento para a comunidade de Barretos, a realização de coleta de água em seis pontos, em que o cronograma ficou estabelecido da seguinte forma: 22 de outubro: 3 coletas, 5 de novembro: 3 coletas e 12 de novembro: 3 coletas, e as análises serão realizadas pela FUNED (Fundação Ezequiel Dias). Informou que a membra Sra. Isabela de Castro já fez a articulação com o laboratório de referência do Ministério da Saúde para obter as informações necessárias sobre a qualidade da água, e após a obtenção dos resultados das análises, a intenção é elaborar, em conjunto com a visita da comunidade de Gesteira, uma nota técnica solicitando água para a comunidade de Barretos. Relatou que durante a visita na comunidade de Gesteira, no Posto 2, algumas irregularidades foram constatadas. Entre os problemas identificados, como Implantação do Sistema de Tratamento de Água, em que o sistema de tratamento de água instalado na unidade de saúde foi considerado incompleto. Apesar de sua instalação, o sistema não está operando de forma adequada, e mesmo que estivesse em funcionamento, não atende às necessidades da comunidade, e assim como abandono do sistema, visto que o sistema de tratamento de água encontra-se abandonado, sem operação, e faltam componentes essenciais para garantir um tratamento adequado da água. Citou que com o apoio do Sr. Carlos Locatelli, foi elaborado um relatório de inspeção detalhando as irregularidades encontradas no local. Este relatório está sendo consolidado e será apresentado em forma de nota técnica para o CIF (Comitê Interfederativo) pleiteando a distribuição de água e a possibilidade de</p>

interrupção do uso da água atualmente fornecida, devido às condições insatisfatórias. Informou que já havia sido articulada a coleta de água em Barra Longa, com o objetivo de realizar testes de qualidade. As datas propostas para a coleta são 13 de outubro ou 28 de outubro. A escolha da data final ficará a critério da Vigilância Sanitária.

A Sra. Simone Silva, representante da Comissão de Atingidos de Barra Longa/MG e membra da Câmara Técnica de Saúde, expressou, em nome da comunidade quilombola de Barretos e da comunidade quilombola de Gesteira, um agradecimento à CT Saúde pela sensibilidade demonstrada ao estar presente junto ao povo atingido. Mencionou que, ao longo dos anos na CT, diversas vezes relatou das irregularidades, que foram constatadas, assim como a falta de água na comunidade. Ressaltou a organização da comunidade de Gesteira, que se preparou para a visita da CT Saúde, demonstrando a importância do diálogo. O agradecimento foi reforçado pela dedicação da CT Saúde às demandas dos atingidos. Enfatizou que a situação atual foi comprovada por técnicos e não apenas pela comunidade, visto isso solicitou um posicionamento claro sobre as questões levantadas. Relatou uma reunião realizada com o Doutor Felipe no dia 16 de setembro, que discutiu a situação da Fundação Renova e os critérios estabelecidos. Destacou que, embora houvesse um acordo de reassentamento, a comunidade não foi informada adequadamente sobre as condições do poço, que se encontra em área contaminada, e apontou que o acordo menciona a disponibilidade de água bruta, que na realidade não existe mais, devido à falta de vazão de uma nascente que anteriormente fornecia água à comunidade. Concluiu agradecendo a todos pela sensibilidade e empatia, reiterando a necessidade de que a CT continue buscando soluções para a situação da comunidade.

A Sra. Jaqueline Francischetti, trouxe um histórico da situação, mencionou que há mais de um ano a CT vem, por meio de ofícios, buscando informações junto à Fundação Renova dos relatos apresentados pelos representantes da Comissão de Atingidos de Barra Longa. Destacou que, apesar dos esforços, nunca obtiveram as respostas corretas, visto isso, foi necessário realizar uma visita técnica, que possibilitaram a constatação das questões apresentadas, que serão pontuadas na nota técnica a ser elaborada, visando um encaminhamento definitivo para as demandas levantadas.

A Sra. Isabela de Castro Oliveira, representante da Superintendência Regional de Saúde de Ponte Nova/MG e membra da Câmara Técnica de Saúde, informou que foi encaminhado um novo ofício à Fundação Renova em junho, solicitando esclarecimentos sobre a manutenção e finalização do acesso em Gesteira, além de informações sobre as ações executadas e a liberação do acesso. O ofício também solicitava os relatórios da operação

assistida. Citou que a coordenadora Sra. Jaqueline Francischetti encaminhou a resposta da Fundação Renova, no qual o ofício não expôs claramente quais ações e manutenções justificavam o acesso trancado. A resposta não apresentou os relatórios solicitados, embora mencionasse a assinatura de um termo de entrega provisória e a autorização para início da operação assistida em 30 de outubro. Destacou que a Fundação Renova alegou que o impedimento de acesso foi uma ocorrência pontual relacionada a questões fundiárias, e que, uma vez solucionado, não haveria mais atividades que obstruíssem o acesso aos postos e reservatórios. A Vigilância Sanitária foi informada e ficou ciente de que o acesso permaneceria livre de impedimentos, com a chave do portão a ser repassada. Mencionou que, nas últimas coletas realizadas desde julho, o laboratório ALS, acompanhado por um representante da Vigilância em Saúde Ambiental, conseguiu acessar o SAA Gesteira e o posto tubular 2 sem impedimentos. No entanto, as coletas realizadas pelo município continuam a ser feitas em um local de difícil acesso. A Vigilância solicitou que o acesso fosse liberado para facilitar a coleta de amostras de forma adequada. Ressaltou que a operação assistida não foi realizada desde a assinatura preliminar em 30/10/2023, e antes da eliminação do posto 1 em 21/12/2023, resultando em 50 dias sem operação assistida. A Vigilância também reiterou a necessidade de avaliar essa situação.

A Sra. Jaqueline Francischetti, informou que o encaminhamento da discussão, foi que o grupo decidiu não responder mais à Fundação Renova e utilizar a resposta recebida como subsídio para a nota técnica final. Uma minuta será elaborada e compartilhada com todos para contribuições, com o objetivo de finalizar o documento para defesa no CIF.

A Sra. Jaqueline Francischetti, mencionou que o segundo ponto de pauta se refere a demanda judicial do fornecimento de água emergencial para a senhora da Penha, que é um distrito de Fernandes Tourinho. Foi recordado que, durante a audiência, ficou acordado que a Fundação Renova forneceria água mineral para a comunidade durante 30 dias. Após esse período, a responsabilidade pelo fornecimento de água passaria à prefeitura, que deveria pagar à Copasa para a entrega de água potável, além de outras ações pactuadas. Contudo, a Fundação Renova retornou às câmaras técnicas informando que seu prazo de fornecimento havia se encerrado e que a responsabilidade agora seria da prefeitura. Citou que diante disso, foi elaborado um ofício questionando a prefeitura sobre as ações desenvolvidas para garantir o fornecimento de água potável à comunidade. Ressaltou que ainda não houve retorno sobre essa questão. Informou que em relação ao ponto de pauta intercâmara com a CT-IPCT sobre a indicação de comunidades quilombolas e indígenas para compor pontos novos da deliberação nº 58 no PMQACH, embora já tenham sido feitos alguns progressos nesse sentido, ainda não tem todas as informações

consolidadas. Mencionou um ponto de pauta já abordado na reunião anterior, relativo às várias solicitações protocoladas junto ao CIF, solicitando contraprova de análise de água de acordo com o eixo prioritário 9. Essa análise inclui, além da portaria, a verificação de parâmetros excedentes. Informou que, embora não tenha sido possível analisar todos os parâmetros excedentes, a FUNED acolheu a solicitação e programou coletas para entrega no dia 14 de outubro ou no dia 29 de outubro. Serão coletadas um total de 4 amostras, que incluirão Gesteira, a ETA de Santo Antônio do Rio Doce em Aimorés, a ETA Alpercata e a ETA Pedra Corrida em Periquito. Destacou que, uma vez obtidos os resultados das análises de qualidade da água, será elaborada uma nota técnica para responder às demandas apresentadas. Informou que, ao final do mês passado, o Ministério Público solicitou uma nova manifestação sobre o produto utilizado logo após o rompimento da barragem, especificamente sobre o Tanfloc. Citou que já haviam sido respondidos pelo menos três notas, intercâmaras e Ministério da Saúde, relacionadas ao uso dessa substância, visto isso, consolidou todas as informações pertinentes e respondeu ao Ministério Público, esclarecendo que o Tanfloc não está mais sendo utilizado há algum tempo. Mencionou que foi protocolado quatro ofícios para a Fundação Renova com as seguintes solicitações, uma visita técnica no dia 24 de outubro, os slides que foram apresentados nas visitas técnicas que ocorreram no laboratório ALS, acompanhamento do cronograma de coleta da 75ª campanha do PMQACH, além de outras informações de gestão, porém responderam apenas referente ao ofício de solicitação de acompanhamento do cronograma de coleta, e os demais ainda estão pendentes de respostas pela Fundação Renova. Disse que em relação ao ponto de pauta da indicação de novos pontos do PMQACH, solicitada por meio da Deliberação nº 786, que está correlacionada à Deliberação nº 58 e à elaboração de um documento informando ao CIF quais localidades foram reconhecidas, como, por exemplo, o Território 11, informou que já houve um avanço significativo na coleta das informações necessárias; no entanto, cerca de 50% das localidades solicitadas ainda estão faltando. Embora já tenham recebido algumas informações, a consolidação dessas ainda não foi realizada. Destacou a necessidade de acionar novamente os municípios para que entreguem as demandas pendentes. Além disso, poderá ser necessário fornecer orientações aos municípios para garantir que as informações sejam completas e precisas. Abordou sobre outro ponto de pauta que é a validação do modelo de nota técnica para a solicitação de água potável para os pontos que já foram monitorados individualmente. Destacou o trabalho realizado no ano passado, onde mais de 300 ofícios foram elaborados, consolidando informações ponto a ponto. Disse que a nova estratégia será consolidar as informações por município, conforme

apresentado em uma tabela específica, em que o foco será em soluções individuais, sem considerar SAA e soluções alternativas coletivas, e que a preocupação central é que esses pontos estão completamente desassistidos no eixo 9 do monitoramento da qualidade da água. Ressaltou que, embora haja monitoramento, não há acompanhamento adequado das situações apresentadas. Quando um resultado insatisfatório de qualidade da água é identificado, não há quem olhe por eles. A proposta é consolidar as informações de vários pontos por município, evidenciando as inconsistências verificadas. Informou que a minuta da nota técnica, embora não finalizada, irá apresentar os principais problemas de forma resumida, e o encaminhamento para o CIF incluirá solicitação de água potável para a comunidade afetada e a inclusão no item 2 do eixo prioritário 9 que tem o objetivo de atender os ribeirinhos. Informou da solicitação feita pela ADAI para o fornecimento de água potável a algumas comunidades. Destacou que, independentemente dessa solicitação, a equipe já planejava encaminhar pedidos de água potável. Mencionou que a estrutura da nota técnica já está sendo desenvolvida para incluir todas as localidades que foram monitoradas no PMQACH, e citou como exemplo o município de São Mateus, que possui apenas dois pontos monitorados, ambos com irregularidades. Um deles é individual, enquanto o outro atende a um número maior de pessoas. Diante disso, a equipe considera estender a solicitação de água potável para a localidade mais próxima, além dos dois pontos monitorados. Disse a localidade de Lagoa da Viúva, que nunca teve monitoramento da qualidade da água para consumo humano. Ele expressou a expectativa de que essa localidade seja indicada agora por meio da deliberação 58. Contudo, enfatizou a necessidade de aguardar os resultados do monitoramento da qualidade da água antes de tomar qualquer providência. Ressaltou a importância de consolidar informações e aguardar os resultados do monitoramento para agir de forma adequada nas localidades mencionadas. Comentou que todos os pontos de pautas discutidos no GT foram repassados, e ressaltou que os outros quatro pontos de pautas que ficaram para ser discutidos no dia 19 de setembro, será informado a todos os membros na próxima reunião ordinária da CT-Saúde.

A Sra. Eliane Gregório, representante da Comissão Quilombola de Povos Tradicionais de Povoação, expressou um profundo agradecimento à Câmara Técnica pelo trabalho incansável em favor dos atingidos. Destacou especialmente a contribuição da membro Agnes Marciano e da CT-SHQA, ressaltando os esforços realizados desde 2016 para garantir o fornecimento de água digna ao território. Enfatizou que a busca por água de qualidade tem sido uma prioridade discutida na CT desde 2017, e que as vitórias alcançadas são resultado da colaboração e união da comunidade.

b) GT-Estudos:

O Sr. Roberto Laperriere, representante da SESA/ES e membro da Câmara Técnica de Saúde, apresentou o Ofício nº 00107/2024/IAJ-CONT/IAJ-CIF/AGU encaminhado pela IAJ, que trata dos dados da perícia judicial relacionados aos relatórios nº 36 e 58, referentes ao pescado e aos alimentos irrigados, em que IAJ informou que o magistrado indeferiu os pedidos formulados pelo CIF e pela União, especialmente a prorrogação do prazo para a apresentação de uma nota técnica preliminar. Citou que a União e os estados necessitam de dados brutos dos estudos realizados na perícia judicial para uma manifestação mais robusta. Entretanto, esses dados ainda não foram disponibilizados. Esclareceu que a Anvisa está revisando os dados disponíveis, e a questão está judicializada. Essa situação se insere no eixo prioritário nº 6, e assim que a Anvisa e o Ministério da Saúde se manifestarem, será convocada uma reunião extraordinária da Câmara Técnica e do GT-Estudos, principalmente para a apresentação dessa manifestação. Disse que o juiz esclareceu que os dados da perícia são desagregados e têm natureza cautelar, não examinando o mérito da controvérsia jurídica, mas apenas homologando a coleta de provas, que ficam à disposição da União e demais envolvidos. Ressaltou a importância de reunir as informações necessárias para garantir uma resposta efetiva e adequada à situação. Mencionou que o outro ponto de pauta discutido no GT foi referente a deliberação nº 761, a qual aborda as capacitações em saúde. Citou que, assim como ocorreu em relação aos estudos, a questão do termo de repasse e do acordo de cooperação entre as partes, estão sendo construídos documentos via Câmara Técnica e GT-Estudos para apresentação à Fundação Renova, referente a minuta do Termo de Repasse de Recursos Financeiros para a Execução do Projeto de Formação e Qualificação no Âmbito do Programa de Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada (PG-14). Disse que o valor aprovado para o termo de repasse relacionado às capacitações é de R\$ 28 milhões, que contou com a participação das três escolas públicas e a Fiocruz, que será responsável pela condução do processo.

O Sr. Sérgio Rossi, representante do Ministério da Saúde e membro da Câmara Técnica, contextualizou sobre o projeto de capacitação, formação e qualificação dos profissionais de saúde nos municípios afetados pelo desastre no estado. O objetivo é qualificar os profissionais do SUS para lidar com as demandas decorrentes do desastre. destacou que, ao longo dos últimos 2 a 3 anos, a Fundação Renova executou várias ações de capacitação, mas essas ações foram realizadas sem a ciência da Câmara Técnica, o que gerou a necessidade de alterações e correções. O CIF, em um primeiro momento, reprovou a ação, e em seguida, a Câmara Técnica apresentou uma proposta alternativa, desenvolvida ao longo de 2022 e 2023. Mencionou que, em fevereiro de 2024, foi feita uma deliberação relacionada ao projeto, e que a Fundação Renova foi notificada sobre o

	<p>descumprimento das deliberações, uma vez que o prazo havia vencido. Recentemente, uma decisão judicial de 23 de abril determinou que a Fundação Renova deveria cumprir as deliberações do CIF. Explicou que o modelo para a execução dessa ação será através de um Termo de Repasse, seguindo o mesmo formato estabelecido para a execução dos estudos das cláusulas 111 e 112. O documento será encaminhado à Fundação Renova, que deverá se manifestar em um prazo de 5 dias úteis. Além disso, falou que a Fiocruz, a Escola Pública de Saúde de Minas e o ICEPi celebrarão um acordo de cooperação técnica para operacionalizar a execução do projeto, mas que o principal objetivo é garantir que a Fundação Renova faça a transferência dos recursos necessários.</p>
c) GT-Planejamento:	<p>O Sr. André Carvalho Alcântara, representante Secretaria de Estado de Saúde Minas Gerais e coordenador do GT-Planejamento, informou foram abordadas três pautas principais, em que um ponto de pauta foi dando continuidade às discussões iniciadas na última reunião. A Dra. Ludmila apresentou a análise situacional desenvolvida em apoio ao Ministério da Saúde, e teve a participação somente do município de Naque/MG, onde foram realizados encaminhamentos e esclarecidas dúvidas durante a apresentação. Foi acordado que o GT vai receber um relatório, e será enviado aos municípios. Será concedido um prazo de aproximadamente uma semana para que os membros analisem o documento, especialmente no que tange a possíveis fragilidades na transmissão do entendimento contido no relatório. Durante a apresentação, alguns membros levantaram questões que precisam ser pontuadas. O objetivo é que, após a leitura do relatório, os membros identifiquem quaisquer dificuldades na interpretação que os municípios possam ter. A equipe se comprometeu a oferecer orientações mais direcionadas, conforme necessário. Mencionou que o segundo ponto de pauta importante foi referente à produção de um parecer sobre as impugnações dos planos de ação em saúde, que a Fundação Renova frequentemente solicita em relação às deliberações que aprovam esses planos. Apesar de a decisão administrativa já estar superada, com o CIF reconhecendo que a interpretação da Fundação Renova não se sustenta, também há decisões judiciais favoráveis a essa posição. Para evitar a necessidade de elaborar uma resposta a cada manifestação da Fundação Renova, foi decidido produzir um parecer que resgata todas as questões relevantes, tanto em âmbito administrativo quanto judicial. O documento foi finalizado na reunião do GT e será encaminhado à Coordenação da CT, com o objetivo é que, ao receber essas impugnações, a Coordenação já tenha uma resposta pronta para retornar à Fundação Renova, garantindo assim uma abordagem mais eficiente e clara nas interações futuras. O último ponto de pauta abordado no GT foi a necessidade de realizar um levantamento consolidado dos valores dos planos aprovados, visando obter um panorama mais claro sobre a situação.</p>

	<p>Na última reunião, houve dificuldades para acessar todos os planos no drive, em que investigou essa questão e, após alguns testes, constatou que vários documentos não estavam disponíveis no drive por motivos ainda não esclarecidos. Citou que para contornar essa situação, uma colaboradora da Secretaria de Saúde de Minas fez um esforço para verificar diretamente no site do CIF as pautas de cada reunião ordinária em que os planos foram aprovados, a fim de resgatar os documentos gerais. Alguns documentos já foram recuperados, mas não foi possível concluir o levantamento dos valores durante a reunião. Para os documentos que ainda não conseguiu resgatar, será feito o seguinte: Tentar recuperar, por e-mail, os documentos mais antigos que faltam e realizar uma manifestação ao CIF solicitando apoio, especialmente para aqueles documentos que possam estar protocolados na Justiça ou disponíveis em seu repositório.</p>
<p>d) Revisão e Atualização do Plano de Ação em Saúde de Barra Longa</p>	<p>O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, 1º Suplente de Coordenação da Câmara Técnica de Saúde, informou a retirada do ponto de pauta relacionado ao Plano de Ação em Saúde de Barra Longa. O motivo da retirada foi a necessidade de mais tempo para realizar alguns ajustes no plano. O Sr. Lucas ressaltou que, na próxima reunião, o plano será apresentado finalizado a todos os membros, garantindo assim que todas as correções necessárias sejam realizadas.</p> <p>O Sr. Leonardo de Carvalho Roldão, representante da Secretaria Municipal de Saúde e membro da CT-Saúde, reforçou a decisão de retirar da pauta o Plano de Ação em Saúde de Barra Longa. Justificou que o plano precisa de alguns ajustes e ainda precisa ser submetido à Comissão de Atingidos e ao Conselho, o que ficou pendente. O Sr. Leonardo pediu desculpas a todos os presentes pela retirada e garantiu que na próxima reunião o plano será apresentado de forma definitiva, robusta e concreta.</p>
<p>e) Projeto de Capacitação dos Profissionais de Saúde – Deliberação nº 791/2024 e nº 761/2024 do Termo de Repasse Projeto de Capacitação dos Profissionais de Saúde</p>	<p>O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, 1º Suplente de Coordenação da Câmara Técnica de Saúde informou que teríamos uma parte aberta da reunião no turno da tarde com a participação da Fundação Renova. Contudo, devido à retirada do ponto de pauta referente ao Plano de Ação em Saúde de Barra Longa, essa parte da reunião foi cancelada. Além disso, foi mencionada a outra pauta que envolvia a apresentação do Termo de Repasse apresentado pelo membro Sr. Sérgio Rossi. O Sr. Lucas destacou que o Termo de Repasse não requer deliberação da Fundação Renova, uma vez que sua participação é meramente cúmplice. Portanto, não haverá discussão sobre este ponto, apenas o encaminhamento será realizado. O prazo de 5 dias foi estabelecido para que a Fundação Renova se manifeste sobre o Termo de Repasse.</p>

Pronunciamento dos atingidos:

Pauta	Discussão
<p>a) Fala livre dos atingidos:</p>	<p>A Sra. Jóeci Lopes Miranda, representante da Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, mencionou sobre a situação enfrentada pela comunidade local. Destacou a necessidade de abordar continuamente os objetivos da comissão, enfatizando que ainda não foram contemplados em relação ao Canal Caboclo Bernardo, que transporta água do Rio Doce para a bacia hidrográfica da região. A Sra. Jóeci expressou preocupação com a contaminação dos solos, rios e animais na área, informando que estão buscando apoio do Ministério Público e da Secretaria Municipal de Saúde para realizar um levantamento que seja levado às câmaras técnicas e ao sistema estadual. Ela mencionou que, apesar de informações da Cesan e da Vigiágua indicando que a água é potável, a população continua insegura e depende de água mineral, cuja compra se tornou financeiramente difícil. A Sra. Jóeci também fez um apelo para que sua voz e a da Comissão de Atingidos sejam respeitadas, enfatizando que o território 11 é auto-organizado e não aceita representação de outros territórios. Ela afirmou que a Comissão continuará presente nas câmaras técnicas, seja de forma online ou presencial, buscando seus direitos em diversas esferas, incluindo o Ministério Público e o governo estadual. Declarou sua oposição à repactuação nas câmaras técnicas, e disse que, se os recursos da repactuação forem destinados ao movimento social, prefere que sejam direcionados ao governo, pois sabe onde buscar apoio.</p> <p>O Sr. Rômulo Bonnes Dantas de Almeida, representante da Comissão de Atingidos de Barra Longa/MG, expressou sua gratidão à Câmara Técnica de Saúde por levar em consideração as demandas das comunidades de Barretos e Gesteira, que são comunidades tradicionais. No entanto, ele ressaltou que essas comunidades ainda não têm garantidos os direitos básicos, como o direito à saúde e o acesso à água potável. Relatou que as comunidades rurais de Barra Longa, assim como a sede, foram devastadas pela lama tóxica, resultando em diversas consequências para a saúde humana. Ele destacou que, após 9 anos do desastre, a Copasa recebeu indenização da Fundação Renova, mas a comunidade ainda não teve acesso ao fornecimento de água potável, continuando a consumir água contaminada. Mencionou que a Copasa alterou o ponto de captação da água, situação que foi denunciada e registrada em uma audiência pública na Assembleia Legislativa, mas nenhuma medida efetiva foi tomada. O Sr. Rômulo enfatizou a importância da visita da CT Saúde à Copasa, considerando a situação desumana que as comunidades enfrentam. Por fim, ele reafirmou o agradecimento à Câmara Técnica de Saúde e disse que aguarda a visita da CT-Saúde à Copasa para coletar informações sobre a situação das comunidades.</p>

A Sra. Rosa de Jesus da Silva, representante dos atingidos de Povoação, trouxe a questão crítica da relação entre saúde e água, e enfatizou que "saúde é água, água é saúde, é vida", e solicitou que a Câmara Técnica priorizasse a disponibilização de água potável para todo o distrito de Povoação, incluindo as lagoas atingidas. Expressou sua indignação pelo fato de que, após nove anos do desastre ambiental, as comunidades continuam a enfrentar gargalos em relação ao acesso a água saudável e alimentação adequada. Mencionou que as notas técnicas já foram elaboradas e que, apesar de esforços contínuos, as demandas das comunidades não estão sendo atendidas. Convidou os membros da Câmara Técnica a visitarem o território para conhecer de perto a realidade das lagoas e a luta pela água potável que já se arrasta desde o rompimento da barragem em 2015. Expressou a frustração de sua comunidade diante da falta de indenizações e da continuidade da contaminação. Por fim, enfatizou que a saúde deve ser tratada com urgência, destacando que a falta de água potável está condenando a população à morte lenta e que as mineradoras precisam ser responsabilizadas por seus crimes ambientais.

A Sra. Agnis Marciano de Souza, representante da Prefeitura Municipal de Linhares/ES, respondeu a Sra. Rosa de Jesus da Silva, representante dos atingidos de Povoação que irá entregar à Câmara Técnica até a próxima reunião um documento que contemplará todas as incoerências identificadas no PMQACH (Plano Municipal de Qualidade da Água para Consumo Humano), especialmente no que tange ao pedido de fornecimento de água. Ressaltou que não foi possível concluir todas as análises a tempo, pois a equipe estava focada na referência técnica do Vigiágua, realizando levantamentos de novos pontos a serem incluídos no PMQACH. A Sra. Agnis assegurou que continuará a trabalhar em outros pontos do PMQACH, incluindo as áreas mencionadas, e que buscará a inclusão desses pontos na revisão do plano. Além disso, informou que reunirá os dados já disponíveis para formalizar o pedido de fornecimento de água mineral para a população.

A Sra. Eliane Gregório, representante da Comissão Quilombola de Povos Tradicionais de Povoação/ES, mencionou sobre a atuação da assessoria técnica ADAI em seu território. Em sua fala, a Sra. Eliane destacou que, em assembleia geral realizada no dia 17/08/2024, mais de mil pessoas da comunidade manifestaram a solicitação de saída da ADAI, alegando que, durante os dois anos de atuação, a assessoria não produziu elementos suficientes, como uma nota técnica, para responder adequadamente às demandas da comunidade. Ressaltou que a comunidade de Povoação está em processo de reconhecimento como povo tradicional quilombola e que não aceita mais a presença da ADAI no território. Ela afirmou que já existe um processo judicial em andamento sobre essa questão e que o contrato da ADAI vence no próximo mês. Em sua visão, a permanência da ADAI

depararia de um trabalho mais eficaz e comprometido. A Sra. Eliane fez um apelo para que as informações apresentadas sobre a comunidade sejam baseadas em fatos reais, evitando assim a disseminação de informações erradas. Por fim, deixou registrado um pedido formal de repúdio à atuação da ADAI em seu território, solicitando que constasse em ata que a comunidade de Povoação não aceita a ADAI como representante e que a luta pela independência e pelos direitos da comunidade deve continuar.

A Sra. Simone Nunes, representante da Comissão de Atingidos de São José do Goiabal, mencionou a questão das análises da água nos pontos de Biboca e Lagoa das Palmeiras, que constam no PMQACH. Expressou preocupação em relação ao acesso aos resultados dessas análises, enfatizando que a comunidade não possui informações sobre a qualidade da água para consumo. Reiterou a importância de saber se a água está adequada para o consumo, uma vez que não têm recebido repasses ou informações relevantes. Solicitou que a Câmara Técnica de Saúde realize visitas e acompanhe as coletas de água nesses pontos, pois a situação da água no território é alarmante.

A Sra. Isabela de Castro Oliveira, representante da Superintendência Regional de Saúde de Ponte Nova, respondeu à Sra. Simone Nunes sobre a entrega dos laudos relacionados à qualidade da água. A Sra. Isabela mencionou que acreditava que os laudos já estavam sendo recebidos em cada localidade. Ela ressaltou a sensibilidade da Superintendência em relação às questões levantadas nas reuniões, especialmente nas últimas discussões realizadas em junho. Informou que um ofício foi encaminhado para a Vigilância em Saúde e para a Secretaria de Saúde do município, reiterando os resultados insatisfatórios identificados no PMQACH, especificamente na localidade de Biboca. Neste ofício, foram solicitadas melhorias no sistema de abastecimento da comunidade, com a finalidade de minimizar os riscos identificados. explicou que a resposta da secretária de saúde indicou que a bomba do poço novo, implantada em 2022, apresentou problemas devido à tensão elétrica da comunidade. Para evitar a falta de abastecimento, foi religado um poço antigo, que não estava passando pelo filtro ou cloração. Assim, a qualidade da água foi prejudicada, uma vez que o sistema antigo não cumpria os padrões necessários. Enfatizou a importância da participação da administração pública nas discussões, pois um sistema sem controle compromete a qualidade da água. Ela também se comprometeu a analisar os laudos coletados e a fornecer um relato geral sobre a situação.

Às 12 horas e 59 minutos, do dia 18 de setembro de 2024, o Sr. Lucas Daniel Marciano, finalizou a reunião agradecendo a participação de todos.

Registro que a presente ATA foi aprovada na 78ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde, no dia 23 de outubro de dois mil e vinte e quatro.